



Ata da Reunião ordinária do COMDEPHAAPASA, realizada em 11 de maio de 2021

Aos 11 dias do mês de maio de 2021, reuniram-se através da plataforma Jitsi Meet, os membros do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA:

Representando a Sociedade Civil:

Adalberto Dias Almeida (IPABC), André Luiz Cordeiro Soares da Costa (ACISA), Caroline Silvério (UFABC), Eduardo Pin (MDV), Irene Grasson Pereira de Souza Viola (OAB-SP), Jairo dos Santos Costa (MDV), Mirella Suraci Santos (AEASA), Renato Brancaglione Cristofi (AMUSA) e Silvia Helena Facciolla Passarelli (UFABC).

Representando o Poder Público:

Guilherme Ribeiro de Souza Pinto (Secretaria de Cultura), Luiz Fernando Beletatto (SEMASA), Marco Moretto Neto (Secretaria de Cultura), Patrícia Barbieri Diezel de Queiroz (Secretaria de Assuntos Jurídicos) e Tatiana Aparecida Machado (Secretaria de Cultura).

Como convidado: Belmiro dos Santos Rodrigues Neto.

Iniciada a reunião às 09h, foram tratados os assuntos relacionados a seguir:

PRIMEIRO: Foi confirmada a existência de quórum para início dos trabalhos. O presidente, Marco Moretto Neto dá as boas-vindas, faz apresentação da pauta e informes.

SEGUNDO: Foram tratados os seguintes informes:

- **Aprovação das atas das reuniões ordinárias de março e abril/2021:** serão feitas as correções apresentadas pela conselheira Tatiana Aparecida Machado na ata de abril/2021 que será enviada aos conselheiros por e-mail para aprovação.

“Na última ata não fica claro na parte da pavimentação que o projeto para a área envoltória da estação do Expresso turístico ficou aprovada e que o caminho do Mens será tratado separadamente, eu havia entendido isso.

Na parte do Lyra a empresa é Formarte foi colocado Brasil Restauro.”

- **Escoramento emergencial da passarela de pedestres da Vila de Paranapiacaba:** É informado ao Conselho que a MRS Logística SA apresentou projeto para escoramento emergencial da passarela de pedestres da Vila de Paranapiacaba, o material foi analisado pelo Corpo Técnico que se colocou favorável a intervenção que será iniciada em breve.

A empresa ainda não apresentou projeto para recuperação da Passarela de Pedestres, tampouco laudo de situação estrutural do elemento, realizado por empresa terceira conforme solicitação deste Conselho.

- **PA n.º 14.331/2020 – Estudo de tombamento da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba:** Foi publicada a portaria n.º 003.04.2021 com a abertura do estudo de tombamento da Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba.

- **PA n.º 16.768/2018 – Intervenções Mansão Tognato:** É apresentado ao Conselho andamento das intervenções ao bem tombado e a informação sobre a solicitação para verificar se existia remanescentes do piso original nos sanitários 06 e 07 no andar superior do imóvel.

- **Ofícios 22 e 24/2021 – SMA:** São apresentados ao Conselho conteúdo dos ofícios 22 e 24/2021 – SMA, conforme segue:

- Ofício 22/2021 – SMA: Resposta ao ofício 35.04.2021 – COMDEPHAAPASA “Denúncia de intervenção em imóvel na Vila de Paranapiacaba”

“Conforme solicitações contidas no ofício acima citado, esclarecemos que o imóvel sito a Rua Varanda Velha, n.º 358/359, de propriedade da Prefeitura Municipal de Santo André, ora permissionado para a finalidade comercial de restaurante ao Sr. Adalberto Rangel Luiz Nazário, não passou pelas intervenções denunciadas.

De acordo com o registro fotográfico em anexo, datado do ano de 2008, nota-se que o imóvel já havia sofrido tal intervenção, não sendo de responsabilidade do atual permissionário sua realização.

Cabe esclarecer ainda, que, após tomarmos ciência da denúncia, vistoriamos o local e notificamos o permissionário para retirada imediata do veículo.

Quanto ao relato de ameaças sofridas, caberá as autoridades de segurança a devida apuração.

Aproveitamos a oportunidade para reforçar o nosso agradecimento pelo apoio e cordialidade dessa equipe, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.”

- Ofício 24/2021 – SMA: REF.: Comunicado de início de intervenção em bem tombado – Instalação de quadra e playground – Praça João Gaspar Filho – Parte Alta – Paranapiacaba

“Informamos que, conforme aprovação ocorrida em reunião ordinária do dia 08 de setembro de 2020, a empresa Ponto Forte Construções & Empreendimentos Eireli, nesta data, inicia as obras de instalação de quadra e playground da Parte Alta – Praça João Gaspar Filho, com acompanhamento desta Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos – SMSU.

Aproveitamos a oportunidade para reforçar o nosso agradecimento pelo apoio e cordialidade dessa equipe, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgar necessário.”



PREFEITURA DE
SANTO ANDRÉ

MOVIDOS PELA NOSSA GENTE, ORGULHO EM CUIDAR DE VOCÊ

- **Portaria 034 de 05 de maio de 2021:** Foi publicada a portaria que altera a composição do COMDEPHAAPASA, substituindo Eric Tadeu Lamarca por Guilherme Ribeiro de Souza Pinto, representantes do Poder Público pela Secretaria de Meio Ambiente e substitui Virgílio Alcides de Farias por Eduardo Pin, representantes da Sociedade Civil pelo MDV – Movimento em Defesa da Vida.

Terminados os informes, são tratados os seguintes itens da pauta:

TERCEIRO: PA n.º 4060/2020 – Autorização para intervenções no Galpão Escavador: A conselheira Silvia Helena F. Passarelli incumbe-se de elaborar relatoria que será apresentada na próxima reunião ordinária que ocorrerá no dia 08 de junho de 2021.

QUARTO – PA n.º 34.111/2015 – Projeto de restauro das edificações Torre do Relógio, Cabines de Sinais e de Manobras – Proposta para identificação visual: O conselheiro Renato Brancaglione Cristofi incumbe-se de elaborar relatoria que será apresentada na próxima reunião ordinária que ocorrerá no dia 08 de junho de 2021.

QUINTO – Apresentação do Sistema Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural: O arquiteto Belmiro dos Santos Rodrigues Neto apresenta diretrizes gerais que estão em debate pelo Corpo Técnico do COMDEPHAAPASA para revisão da legislação e regulamentação do Sistema Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

SISTEMA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTO ANDRÉ

APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA

Maio 2020



CONTEXTO

- Legislação atual: “Plano” de Patrimônio de 2008.
- Legislações federais posteriores: Portaria de Chancela da Paisagem de 2009, Lei do Plano e Sistema Nacional de Cultura de 2010 (Sistema Municipal de Cultura de 2015), Portaria de Educação Patrimonial de 2016, Portaria de Inventário de 2016 e Portaria de Política do Patrimônio Material de 2018.

DEMANDAS

- Criar um Sistema Municipal de Patrimônio;
- Atualizar conceitos;
- Criar instrumentos: Chancela da Paisagem e um instrumento mais “leve”;
- Rever os instrumentos: Inventário, Tombamento, Registro e Educação Patrimonial;
- Regrar os instrumentos: Sistema de Inventário, Planos de Salvaguarda, Planos de Gestão e Monitoramento da Paisagem Cultural, Gestão Compartilhada, Inventário Participativo, Instrumentos de Fomento.

DEFINIÇÃO GENÉRICA DE SISTEMA

- Reunião dos elementos que, concretos ou abstratos, se interligam de modo a formar um todo organizado que, sistematicamente relacionados, são aplicados numa área determinada;
- Pressupõe a definição dos elementos que o compõe, a função de cada elemento, seus limites, as formas de articulação entre si e os procedimentos para a sua aplicação, visando o estabelecimento de uma estratégia eficaz e eficiente para a política de “valorização” do patrimônio cultural.



COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA DO “PLANO” DE PATRIMÔNIO E DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO PROPOSTO

- Sumários;
- Fluxogramas.

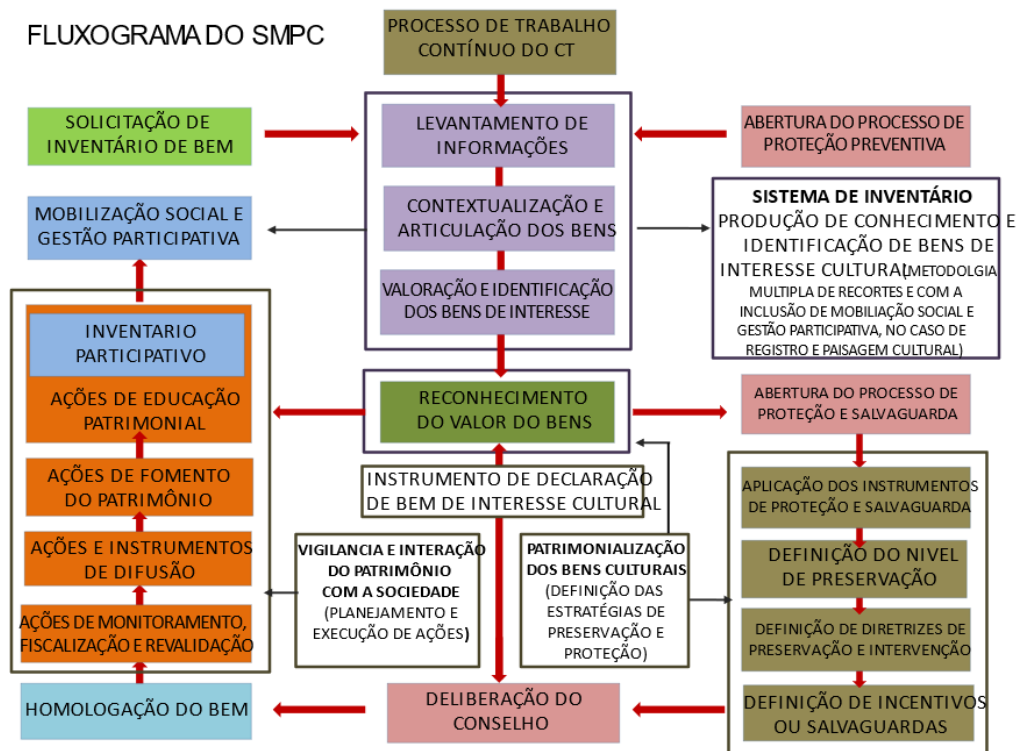
SUMÁRIO DO PLANO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	SUMÁRIO DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO CULTURAL
Capítulo I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	Título I - REGRAMENTO GERAL
Capítulo II – DOS BENS CULTURAIS	Capítulo I - DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICIPAL E DOS BENS CULTURAIS
Capítulo III – DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	Capítulo I - DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SMP
Seção I – DO TOMBAMENTO	Seção I – DO INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Subseção I – DO PROCESSO DE TOMBAMENTO	Subseção I – O SISTEMA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Subseção II – DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO	Seção II – DO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Seção II – DO REGISTRO	Subseção I – DA DECLARAÇÃO DOS BENS DE INTERESSE CULTURAL
Subseção I – DO PROCESSO DE REGISTRO	Seção III – DOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Subseção II – DOS EFEITOS DO REGISTRO	Subseção I – DO REGISTRO
Capítulo IV – DOS INSTRUMENTOS DE INCENTIVO À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	Subseção II – DA CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL
Seção I – DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR	Seção IV – DO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Seção II – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA	Subseção I – DO TOMBAMENTO
Seção III – DOS INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS	Seção V – DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO
Capítulo V – DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	Seção VI – DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Seção I – DO CONDEP/PA/ASA	Seção VII – DOS INSTRUMENTOS DE INCENTIVO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Subseção I – DO CORPO TÉCNICO	Subseção I – DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR
Seção II – DO INVENTÁRIO	Subseção II – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
Seção III – DA FORMAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	Subseção III – DOS INSTRUMENTOS TRIBUTÁRIOS
Seção IV – DO FINANCIAMENTO	Subseção IV – DA SALVAGUARDA DOS BENS DE NATUREZA MATERIAL
Capítulo VI – DAS INTERVENÇÕES EM BENS CULTURAIS	Subseção V – DO PLANO DE GESTÃO E O PACO DA CHANCELA DA PAISAGEM
Capítulo VII – DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES	Seção VIII – DO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO
Seção I – DAS INFRAÇÕES	Subseção I – DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
Seção II – DAS PENALIDADES	Seção IX – DOS INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO
Capítulo VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	Subseção I – DOS PROJETOS DA SECRETARIA DE CULTURA
	Subseção II – DAS PUBLICAÇÕES
	Subseção III – DOS PROJETOS TURÍSTICOS
	Subseção IV – DAS VISITAS MONITORIZADAS ORIENTADAS
	Seção X – DOS INSTRUMENTOS DE FOMENTO
	Subseção I – RECURSOS DIRETOS DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
	Subseção II – DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS
	Subseção III – DAS DOAÇÕES
	Subseção IV – DAS MULTAS
	Capítulo II – DOS PROCESSOS DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO SMP
	Seção I – DO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS
	Seção II – DOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO
	Subseção I – DO REGISTRO DE BENS CULTURAIS
	Subseção II – DA CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL
	Seção III – DO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO
	Subseção I – DO TOMBAMENTO
	Capítulo III – DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
	Seção I – DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
	Seção II – DO CORPO TÉCNICO DO CONSELHO
	Seção III – DOS GRUPOS DE GESTÃO COMPARTILHADA
	Capítulo IV – DAS INTERVENÇÕES EM BENS CULTURAIS
	Capítulo V – DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES
	Seção I – DAS INFRAÇÕES
	Seção II – DAS PENALIDADES
	Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

X

FLUXOGRAMA ATUAL DOS PROCESSOS DE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO



FLUXOGRAMA DO SMPC



Após apresentação, o Presidente do COMDEPHAAPASA, Marco Moretto Neto pergunta aos conselheiros presentes se há interesse em participar das discussões para atualização da Lei e de que forma.

Esclarece que a legislação de 2008 funciona de forma linear e individualizada, com foco no bem. A nova Lei possui proposta mais ampla.

Silvia Helena F. Passarelli afirma ter dúvida sobre o novo Sistema (slide 05) acredita ser difícil trabalhar com a separação de instrumentos de preservação e de proteção;

- Sobre os instrumentos de gestão, afirma ser necessário pensar em formas de integrar os Conselhos;
- Questiona até que ponto, a criação do Sistema garante que as ações sejam realizadas integralmente.

Renato Brancaglione Cristofi reforça falas da conselheira Silvia e retoma a experiência positiva com o GT para tratar dos processos de estudo de tombamento;

- Fala sobre a necessidade de uma medida efetiva que garanta sua ação para além do reconhecimento e a articulação com outros Conselhos;
- Alerta para a possibilidade dos mecanismos não se encaixarem para a Vila de Paranapiacaba.

Marco Moretto Neto fala sobre a importância do Sistema e reforça que seu funcionamento depende também, da pressão da sociedade civil;

- Sobre os diferentes tipos de tombamentos, afirma que há um esforço para que na Lei conste diferentes graus de preservação e que a questão ainda está em debate;

Afirma que a articulação com outros Conselhos, é fundamental, entretanto, o COMDEPHAAPASA e o CMPC/SA estão em momentos estruturais diferentes. O CMPC/SA passa por um esvaziamento da sua composição (sociedade civil) o que torna difícil avançar nos debates sobre o Sistema, mas se for da vontade dos conselheiros é possível encaminhar a proposta.

Esclarece que são realizadas reuniões semanais, que duram meio período e pergunta se os conselheiros desejam participar desses encontros ou se sugerem outro formato de colaboração.

A intenção é finalizar a minuta nesse semestre, fazer a tramitação interna no segundo semestre e após essa tramitação, iniciar o debate público.

Silvia Helena F. Passarelli sugere que o grupo que tem se reunido apresente como o Conselho pode colaborar, para evitar atrasos.

Adalberto Dias Almeida solicita consulta ao IPHAM para alinhar os debates.

Marco Moretto Neto informa que as legislações Federais e Estaduais foram consultadas para elaboração do material do município.

Mirella Suraci Santos, Renato Brancaglione Cristofi e Silvia Helena F. Passarelli manifestam interesse em participar dos debates.

Marco Moretto Neto sugere encaminhar o material aos conselheiros e após análise, deve ser agendada uma reunião para debate.

Nada mais tendo a tratar, foi dada por encerrada esta reunião às 10h20, presidida por Marco Moretto Neto nos termos regimentais e com a anuência dos presentes. Eu, Juliana Grillo Domenici, redigi a presente Ata.

Assinam os presentes:

Nome e segmento	Assinatura
Adalberto Dias Almeida – IPABC	<u>Presente</u>
André Luiz Cordeiro Soares da Costa – ACISA	<u>Presente</u>
Ayrton Antônio de Oliveira Cardoso Filho – DDP	Ausente
Caroline Silvério – UFABC	<u>Presente</u>
Eduardo Pin - MDV	<u>Presente</u>
Elaine Mendana Diniz – SC	Ausente
Guilherme Ribeiro de Souza Pinto– SC/SMA	<u>Presente</u>
Gabriel Guedes Rapassi – SC	Ausente
Irene Grasson Pereira de Souza Viola – OAB	<u>Presente</u>
Jairo dos Santos Costa – MDV	<u>Presente</u>
João de Deus Martinez – IPABC	Ausente
Luis Fernando Beletatto – SEMASA	<u>Presente</u>
Marco Moretto Neto – SC	<u>Presente</u>
Marcos Sidnei Pagotto Euzebio – AMUSA	Ausente
Mayra Gusman de Souza Brito– SC	Ausente
Mirella Suraci Santos – AEASA	<u>Presente</u>
Patrícia Barbieri Diezel de Queiroz – SAJ	<u>Presente</u>
Regina Célia Girelli – ACISA	Ausente
Reinaldo Alfredo Caetano Baschera – DDP	Ausente
Renato Brancaglione Cristofi – AMUSA	<u>Presente</u>
Robson da Silva Moreno – SEMASA	Ausente
Sandra Macedo Paiva – SAJ	Ausente
Silvia Helena F. Passarelli – UFABC	<u>Presente</u>
Tatiana Aparecida Machado – SC/SMA	<u>Presente</u>